

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.346 - RS (2019/0012153-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : **MARCIO ROGERIO NUNES PORTO**
ADVOGADOS : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

Agrava-se de decisão que não admitiu recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado:

APELAÇÃO CRIME. POSSE IREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. ART. 12, CAPUT, DA LEI Nº 10.826/03. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. REDUZIDA. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE POR NÃO REALIZAÇÃO DE EXAME PERICIAL. AFASTADA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. CONDENAÇÃO MANTIDA. ATENUANTE DA MENORIDADE. REDUÇÃO PARA AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE.

I - O delito de posse irregular de arma de fogo é de perigo abstrato, cuja lesividade é presumida pelo tipo penal, tendo como bens jurídicos tutelados a incolumidade pública e a paz social. Logo, a simples conduta de possuir irregularmente arma, acessório ou munição, é suficiente para a configuração do delito previsto no art. 12 da Lei nº 10.826/03, sendo dispensável, inclusive, a realização da perícia nesses objetos.

II - Materialidade e autoria comprovadas. Conforme se depreende do conjunto probatório engendrado, principalmente ao depoimento confesso do réu, não há dúvidas acerca da prática delitiva.

III - Inviável a aplicação da atenuante de confissão, uma vez que a pena provisória não pode ser reduzida para aquém do mínimo legal, conforme disposto na Súmula nº 231, do STJ.

IV - Cabível a redução da pena substitutiva de prestação pecuniária para meio salário mínimo.

APELO PARCIALMENTE PROVIDO. (e-STJ fl. 185)

Sustenta a defesa a violação dos arts. 156, 158, 159 e 386, VII, todos do Código de Processo Penal alegando, em síntese, que, sem a realização de perícia na arma apreendida, não há como se atestar a materialidade delitiva do crime de posse irregular de arma de fogo.

Contrarrazões às e-STJ fls. 212/221.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso às e-STJ fls. 264/267.

É o relatório. **Decido.**

A irresignação não merece prosperar.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi condenado à pena de 1 (um) ano de reclusão, em regime aberto, substituída a reprimenda corporal por uma restritiva de direito pelo cometimento do crime do art. 12, *caput*, da Lei n. 12.826/2003.

Neste recurso, a defesa alega que a materialidade delitiva não ficou comprovada, isso porque não foi realizada perícia na arma apreendida a fim de atestar sua potencialidade lesiva. Sobre o tema, o acórdão estadual assim se pronunciou:

De início, não prospera a irresignação defensiva sob a alegação de ausência de materialidade pela inexistência de exame pericial na arma de fogo, uma vez que o delito de posse irregular de arma de fogo é de perigo abstrato, cuja lesividade é presumida pelo tipo penal, tendo como bens jurídicos tutelados a incolumidade pública e a paz social. Logo, a simples conduta de possuir arma, acessório ou munição, é suficiente para a configuração do delito previsto no art. 12, da Lei nº 10.826/03, sendo dispensável, inclusive, a realização da perícia nesses objetos. (e-STJ fls. 188/189)

Esse entendimento está em harmonia com a jurisprudência da 3ª Seção desta Corte Superior assente no sentido de que o porte ilegal de arma

de fogo é crime de perigo abstrato, sendo prescindível a realização de laudo pericial para atestar a potencialidade lesiva do artefato apreendido (REsp 1005300/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rel. p/ Acórdão Ministra LAURITA VAZ, Terceira Seção, DJe 19/12/2013).

No mesmo sentido:

HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI N.º 10.826/2003. ATIPICIDADE. ARTEFATOS DESMUNICIADOS. NÃO CONFIGURAÇÃO. DELITO DE PERIGO ABSTRATO. PRESCINDIBILIDADE DO EXAME PERICIAL. PERÍCIA EFETIVADA QUE DEMONSTROU A EFICÁCIA DA ARMA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA PARTE, DENEGADA.

1. A matéria não enfrentada pelo Tribunal estadual - validade de atos investigatórios praticados pela polícia militar, bem como em relação ao pleito de aplicação do instituto da detração penal - não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

2. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito é de perigo abstrato. É prescindível a realização de perícia a fim de atestar a potencialidade lesiva da arma de fogo apreendida, pois é suficiente a posse do armamento, ainda que desmuniado, para a configuração do delito.

[...]

5. Ordem de habeas corpus conhecida em parte e, nessa extensão, denegada. (HC 475.643/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, DJe 19/12/2018)

Incidência do Enunciado n. 568/STJ.

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, VII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

